

BOLETIM 609

Brasília, 18 de julho de 2018

Trabalhador desprotegido na hora da demissão sem homologação no sindicato

Sem a fiscalização dos sindicatos no momento da rescisão dos contratos, trabalhadores ficam à mercê da boa vontade dos empregadores para ter seus direitos respeitados

Com o fim da obrigatoriedade da homologação das rescisões nos sindicatos para contratos com duração superior a um ano – uma das inovações da "reforma" trabalhista do governo Temer, que vigora desde novembro –, cresce o risco do trabalhador ser lesado e não ter os seus direitos devidamente respeitados no momento da demissão.

Na categoria bancária, por exemplo, antes da reforma, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região realizava uma média de mil homologações por mês, com picos de até 1.500. Já neste ano, a média caiu para menos de 350 procedimentos mensais, o que não quer dizer que o número de demissões tenha se reduzido, mas que os contratos estão sendo encerrados muitas vezes dentro dos próprios bancos, longe da fiscalização das entidades sindicais.

A nova lei desobriga que as homologações sejam feitas nos sindicatos, mas também não especifica onde devem ocorrer, o que abre brechas para todo tipo de absurdo. A

TRABALHADOR NÃO FIQUE DESPROTEGIDO!



EXIJA HOMOLOGAÇÃO NO SINDICATO!

pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marilane Teixeira relata que contratos têm sido encerrados via internet e, até mesmo, em padarias. "Dessa maneira, quais as possibilidades do trabalhador ter todos os seus direitos assegurados? Nenhuma."

Segundo levantamento do Cesit, a maioria das demandas trabalhistas na Justiça decorre do descumprimento reiterado dos direitos por parte dos empregadores. Dados consolidados de 2016 apontam que cerca de 60% das ações trabalhistas eram referentes a irregularidades no momento da rescisão dos contratos. Boa parte dessas ações, conta Marilane, se relacionava a eventuais erros ocorridos em contratos com duração inferior a um ano, que já eram desobrigados a passarem pelos sindicatos. Segundo ela, é uma prévia do que deverá ocorrer com os demais trabalhadores.

Para a pesquisadora, é justamente em contextos de mudança da legislação que os sindicatos teriam papel importante a cumprir no monitoramento do cumprimento das novas regras. Mas as alterações promovidas pelo governo Temer em associação com entidades patronais também têm como objetivo afastar o trabalhador da sua entidade de classe. "Uma das



estratégias para o esvaziamento dos sindicatos, além da questão do custeio, sem dúvida nenhuma foi a retirada desse papel de fiscalização no momento da homologação. Todas essas distorções estão se reproduzindo em âmbito nacional. As homologações despencaram."

Outro indício de abuso cometido, segundo Marilane, são as demissões por acordo mútuo. Nessa modalidade, que já soma mais de 10 mil rescisões, o trabalhador tem direito a receber 80% do FGTS e metade da multa dos 40%. São, em sua maioria, trabalhadores do setor de comércio e serviços, com baixa escolaridade e menor nível de remuneração.

A questão fica mais complicada quando o trabalhador faz parte de uma categoria que goza de direitos específicos que constam na convenção coletiva do segmento. A Constituição Federal garante que empresas com mais de 30 trabalhadoras devem contar com creche no local de trabalho ou arcar com auxílio-creche. Para algumas categorias, esse direito é garantido por meio da convenção, sem necessidade de um número mínimo de trabalhadoras.

Revogar é a palavra - Para o senador Paulo Paim (PT-RS), a "reforma" desequilibra as relações de trabalho, pois atende apenas aos interesses dos empregadores, e relega o trabalhador a uma condição de "quase escravidão". Ele diz que o seu projeto, intitulado Estatuto do Trabalhador, prevê a revogação de todos os dispositivos da legislação trabalhista aprovada pelo governo Temer e traz novamente a obrigatoriedade para que as homologações sejam feitas nos sindicatos.

"Quando não se garante mais a presença do sindicato e dos seus advogados no acompanhamento das rescisões, o trabalhador fica totalmente à mercê do empregador. Ainda

mais com a ameaça que existe de, se entrar na Justiça, ter que pagar parte do valor em caso de derrota no processo. É um prato feito para a exploração, quase aos moldes do trabalho escravo. O empregador não paga e ainda ameaça o trabalhador. É quase uma mordada, um ato de terrorismo e covardia", diz Paim.

Outra questão central, segundo o senador, é garantir o financiamento dos sindicatos. "Enfraqueceram totalmente os sindicatos, não querem que as entidades tenham nenhum tipo de receita. Como é que uma entidade que as vezes cuida de dezenas de milhares de trabalhadores vai se manter sem nenhum tipo de receita?", questiona.

Outras situações criadas pela atual legislação, como o trabalho intermitente, a possibilidade de gestantes trabalharem em locais insalubres, além da cláusula que garante a prevalência de acordos entre patrões e empregados que estejam aquém do que manda a legislação (o chamado negociado sobre o legislado), também devem cair com o novo Estatuto do Trabalho, cuja aprovação o parlamentar espera que aconteça no próximo ano. Segundo ele, os pré-candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Guilherme Boulos (Psol) já se comprometeram a trabalhar em cima de um novo texto que regule as relações de trabalho.

"É tão ruim essa reforma que não se aproveita nada. A palavra é revogar, voltar para a CLT e, aí sim, atualizar, fazendo com que dialogue com os novos tempos, conversando com empregados e empregadores, para construir um texto com equilíbrio, com direitos e deveres para as duas partes."

Fonte: Rede Brasil Atual



Centrais: frentes de trabalho contra apatia do governo

Na contramão do governo federal, as centrais sindicais querem dar uma guinada no cenário de recessão e crise que arrastou o trabalhador brasileiro para o desemprego e para a subocupação. De acordo com o IBGE são 13, 2 milhões de desempregados. Se considerar subocupados sobe para 28 milhões.

O documento intitulado Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora que foi lançado em junho unitariamente por sete centrais sindicais traz 22 pontos sugerindo caminhos de curto e médio prazo, sobretudo com impacto no desemprego.

Matéria publicada nesta terça-feira (17) na Folha de S.Paulo mostra pessimismo entre consultores ouvidos pelo jornal: As projeções de serem criados 1 milhão de empregos para 2018 podem dar lugar a pífiros 220 mil empregos formais. Longe de repor os cerca de 3 milhões de postos de trabalho perdidos com a crise.

O combate ao desemprego é um dos temas que se destaca entre as 22 propostas das centrais. As ações de curto e médio prazo visam a reversão do desemprego. A expectativa das entidades é que o tema ganhe força junto aos pré-candidatos às eleições de outubro.

Retomar as obras públicas

Contratação de obras públicas e a retomada de obras de infraestrutura paralisadas são caminhos propostos pelos trabalhadores na Agenda, destacou Clemente Ganz em entrevista no final de junho à Agência Sindical. Ao lado da retomada das obras, o documento defende a criação de frentes de trabalho e “políticas de amparo aos desempregados” como aumento das parcelas do seguro-desemprego.

“O Congresso Nacional poderia dar um tratamento que melhorasse a contratação de obras públicas e também aprovar a liberação de recursos para a retomada de obras”. Clemente afirmou que existem cerca de 60 mil obras públicas paralisadas que poderiam aquecer o mercado de trabalho.

“Desde uma pequena ponte, ao conserto de uma estrada e em uma grande usina hidrelétrica. Destruar essas obras gera emprego rapidamente. É uma agenda para intervenção imediata com propostas de solução que podem ser implementadas no estado, na cidade e na União”, completou Clemente.

Fonte: Portal Vermelho

Mutirão do emprego leva milhares a Sindicato em SP

O total de desempregados no País chegou a 13,2 milhões e o número de desalentados (pessoas que desistiram de procurar) bate na casa dos 5 milhões. O Sindicato dos Comerciantes de São Paulo oferece uma alternativa à superação dessa situação. A entidade realizou segunda (16) num só local para seleção, um mutirão para o preenchimento de centenas de vagas disponíveis para o comércio. São mais de 1.800 postos para vários setores, em diversas regiões da cidade (vagas também para pessoas com deficiência). Ao todo, dez empresas participaram do mutirão.

Ricardo Patah, presidente do Sindicato, afirma: "O Sindicato está cumprindo sua função social, que inclusive está prevista na CLT". Ele afirma: "o Artigo 513 da CLT já prevê essa função. O País vive um momento desastroso. São quase 14 milhões de desempregados e 5 milhões de desalentados".

O presidente da entidade destaca também mais dois pontos importantes dessa ação. "Estamos aperfeiçoando a relação capital-trabalho, principalmente quando temos a sobreposição do negociado sobre o legislado. Isso é importante porque, nas próximas negociações, ações como essa, em parceria com empresas, podem facilitar para que as negociações não emperrem", diz.

Em três horas de mutirão foram distribuídas mais de 3.500 senhas de atendimento. As pessoas vêm até o Sindicato com currículo e participam da seleção. O programa Vaga Social é realizado há quatro anos, mas desta vez as expectativas foram ultrapassadas.

Fonte: Agência Sindical



CNC: intenção de consumo das famílias recua 1,8%

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF), medida pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), recuou 1,8% de junho para julho e atingiu 85,1 pontos em uma escala de zero a 200 pontos. De acordo com a CNC, os consumidores estão insatisfeitos em relação ao nível de consumo há 42 meses e não há grandes perspectivas se a economia não voltar a crescer de forma sustentada.

Os sete componentes do índice recuaram de junho para julho, com destaque para as piores na perspectiva de consumo (-3,9%), momento para a compra de bens duráveis (-3,9%) e perspectiva profissional (-2,3%).

"Os consumidores ficaram mais cautelosos quando se depararam com a conjuntura desfavorável ainda reflexo da paralisação dos caminhoneiros e a desorganização da produção", explicou o economista da CNC Antonio Everton.

Na comparação com junho de 2017, no entanto, a Intenção de Consumo das Famílias avançou 10,2%. Os sete componentes tiveram alta, com destaque para o nível de consumo atual (17%) e a perspectiva de consumo (16%).

Fonte: Agência Brasil



Caixa deve indenizar por saque de seguro-desemprego após um ano da demissão

A Caixa Econômica Federal (CEF) foi condenada a pagar indenização por danos morais ao apelante, em razão de duplicidade no cadastro do Programa de Integração Social (PIS) que o impossibilitou de sacar os valores relativos ao seguro-desemprego. A decisão, da Sexta Turma do TRF 1ª Região, reformou a sentença do Juízo da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Cáceres/MT que havia negado o pagamento ao autor.

Consta dos autos que o autor, após ser demitido, teve seu pedido de pagamento do seguro-desemprego negado pela CEF visto que o número do PIS do apelante estava atrelado a de outro trabalhador. Após um ano da sua demissão, o recorrente finalmente conseguiu, por meio de recurso administrativo, receber o benefício pleiteado.

Insatisfeito com a decisão da 1ª Instância, o autor recorreu ao Tribunal requerendo a reforma da sentença, alegando que o responsável pelo cadastramento no PIS é a CEF, de modo que é incabível imputar a terceiro o equívoco de cadastrar outra pessoa com o mesmo número do PIS.

Para o relator do processo, desembargador federal Jirair Aram Meguerian, “diante da existência de erro grosseiro perpetrado pela CEF e suas consequências, como a negativa e demora de pagamento de seguro-desemprego, inegável a existência de violação a direito da personalidade da parte autora, sobretudo no que toca à sua honra subjetiva”.

O magistrado destacou que no momento de maior necessidade, em decorrência do desemprego, a parte autora teve o pagamento do seu benefício de seguro-desemprego negado, e tanto num caso como em outro, o que se revela é a falha no serviço prestado pela CEF relativamente ao cadastro do PIS, de maneira a permitir equívocos por parte dos usuários do sistema.

Por fim, o desembargador federal entendeu ser razoável fixar, para fins de por danos morais, a quantia de dez mil reais, montante que, segundo o desembargador federal, se coaduna com a jurisprudência do Tribunal e com a situação descrita nos autos.

Com isso, o Colegiado, por unanimidade, deu provimento ao apelo do autor, nos termos do voto do relator.

Processo: 0004466-84.2010.4.01.3601/MT

Fonte: TRF1

Comissão aprova reajuste de contrato de prestação de serviço na data-base

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou projeto que torna obrigatório o reajuste do valor dos contratos de prestação de serviço na data-base da categoria do profissional contratado (PL 5100/13). Pelo texto, o reajuste é apenas para aqueles contratos cujo regime de dedicação é exclusiva, desde que garanta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.



O relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB-PE), defendeu a aprovação do texto. Côrte Real apresentou versão que prevê a obrigatoriedade do reajuste na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). No texto original, do deputado Laercio Oliveira (PP-SE), a alteração se dava na Lei do Reajuste Salarial Automático (Lei 7.238/84).

Segundo o relator, é importante excluir do alcance de tal regra os contratos privados e restringir o reajuste aos contratos celebrados pela administração pública e regulados pela Lei de Licitações e Contratos.

“É razoável determinar que os contratos de prestação de serviços sejam reajustados na data-base de cada categoria profissional, de modo a se propiciar a manutenção permanente do equilíbrio econômico financeiro do contrato”, explicou Côrte Real.

Tramitação - O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLDO PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS